

Curitiba, SC, 17 de Setembro de 2017.

Ao:
Conselho Político da Fecam
Federação Catarinense dos Municípios

Ref.: Monitoramento permanente dos temas inerentes à gestão das políticas de Saúde e Assistência Social em aspectos de interesse aos municípios catarinenses.

Senhoras e Senhores do Conselho Político da Fecam

Ao cumprimentá-los cordialmente, a Associação dos Municípios da Região do Contestado, Amurc, propõe à direção política da Fecam, as seguintes proposições:

1. Criação de GRUPO DE TRABALHO e monitoramento permanente das políticas e intercâmbios relativos à gestão da Saúde e da Assistência Social no ambiente administrativo estadual e nacional, destacadamente, os temas orçamentários, repasse de recursos, atraso em pagamentos e cenários da administração relativa a estas duas áreas essenciais da gestão pública municipal.

2. Manutenção de MECANISMOS DE MONITORAMENTO permanentes de monitoramento e alerta sobre as políticas públicas na área da saúde e demais setores, com o fito de instruir a direção da Fecam, as associações de municípios, prefeitos, gestores e técnicos à tomada de decisões e articulação de interesse dos municípios, especialmente no controle de impactos financeiros.

3. Estruturar, em caráter permanente, AÇÃO E MEDIDAS DE DEFESA DOS MUNICÍPIOS frente às políticas públicas setoriais, destacadamente a saúde e assistência social.

As justificativas:

a) Há grave e anunciada - crise financeira instalada na administração do sistema de saúde. A realidade para o setor de Assistência Social percorre caminho similar e igualmente preocupante. Atrasos em repasses de recursos constitucionais, atrasos em convênios e repasses financeiros, acúmulo de obrigações não pagas, ameaça de paralisações de instituições hospitalares, não fornecimento de serviços de média e alta complexidade de competência do ente estadual com conexão e impacto na administração da atenção básica de responsabilidade dos municípios. O teto de limitação de gastos federais, a diminuição do repasse de recursos de convênio e o descumprimento de competências originárias de outros



entes nestas áreas, oferece ameaças imediatas graves aos municípios, onde se refletem as demandas e as obrigações e alcance à vida da população.

b) Há severos clamores sociais e sofrimentos documentados de pacientes. Correm alertas emanados da sociedade catarinense sobre sofrimento de cidadãos, atraso de procedimentos, paralisação de áreas essenciais e evidentes sobrecargas do sistema municipal de saúde em face da largada União e do Estado. Este ambiente por si só exige que a equipe operacional da Fecam exerça suas atribuições de articular o interesse dos municípios.

c) É recorrente o atraso em repasses, os comunicados de problemas, a diminuição das previsões orçamentárias e a ameaça real às políticas de atendimento a categorias vulneráveis. As notícias sobre disposição de recursos financeiros federais para a área de Assistência Social no orçamento federal do ano de 2018 são prenúncio de uma evidente irresponsabilidade das autoridades que por si, demonstra que é hora de agir e lutar.

d) É necessário o monitoramento permanente e informação atualizada e continuada sobre fluxos e desdobramentos nas políticas públicas, para orientar municípios em suas tomadas de decisão e promover a adequada reação política que tangente a federação municipalista em sua tarefa de representação dos entes municipais. O orçamento dos municípios não suportará tanta responsabilidade adicional e é tempo de delimitar competências e obrigações em proteção aos municípios catarinenses e a sua população. Lutemos juntos!

e) É indispensável promover diagnóstico e análises sobre os efeitos que a continuada elevação de demandas e consequente aumento de recursos financeiros dos municípios na área de saúde e assistência impacta sobre os orçamentos ameaçando frontalmente o equilíbrio de conta e a capacidade de administração financeira em outras áreas municipais, especialmente, os investimentos estruturais.

f) Se faz altamente recomendável a análise permanente dos impactos financeiros nos municípios sobre o custo da judicialização da saúde e assistência e a socialização destas informações para assegurar a firme defesa dos municípios em eventos que tratam a matéria que é ameaça real aos orçamentos públicos municipais. Há inclusive, suplantação de competências originárias de cada ente que causam injustiças na consecução de despesas asseguradas em decisão judicial que, apesar de justas para com a proteção aos cidadãos, devem ser assumidas por cada ente em sua competência constitucional. Basta de imputar municípios para resolver responsabilidade de terceiros!

g) É vital e urgente recompor parcerias e estratégias de ação política da Fecam, Associações e Municípios em parceria com outros setores: destacadamente o COSEMS, órgãos de pactuação, consórcios da área de serviços e participar das negociações e postulações frente aos demais entes que compõem a responsabilidade constitucional pelas políticas em análise. Advogamos que os detentores da responsabilidade orçamentária (os prefeitos) precisam ser melhor informados de decisões técnicas e tomadas de decisões setoriais que impactam orçamentos municipais sem a devida acompanhamento dos mandatários.



h) Exercero monitoramento e acompanhamento técnico destes temas é inerente à função primária da Fecame direitos dos municípios associados.

Atuano monitoramento de políticas públicas setoriais e estruturadas pautadas de luta municipalista faz parte da causa central da Fecam: a defesa dos municípios em seus desafios basilares!

Com protestos de estima e elevado apreço,

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA
Prefeito de Ponte Alta do Norte e Presidente da Amurc.

ALESSANDRA GARCIA
Prefeita de Santa Cecília.

SISI BLIND
Prefeita de São Cristóvão do Sul.

JOSÉ ANTONIO GUIDI
Prefeito de Curitibaanos.

JAIR DA SILVA RIBEIRO
Prefeito de Frei Rogério.

